



ISSN: 3085-6434

DOI: <https://doi.org/10.71263/f6nb8f74>

*Submetido em 12/2025
Aprovado em 01/2026*

HABITAR, RESISTIR, REEXISTIR: Uma Crítica Feminista às Metafísicas do Progresso no Campo Brasileiro

Giomara Rodrigues Damasceno¹

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa²

Resenha Crítica de:

PAIM, Elisangela S.; FURTADO, Fabrina P. Furtado (Orgs.)
Mulheres em defesa do território, corpo, terra, águas. Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo & Editora Funilaria, 2024.

¹ Graduando em Engenharia Agronômica pelo IF SertãoPE. E-mail: giomara.damasceno@aluno.ifsertao-pe.edu.br

² Professor Permanente do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), Núcleo IF SertãoPE. Bacharelado em Ciências Sociais pela UFCG, Mestrado em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG, Doutorado pelo PPGS/UFPE. E-mail: rodolfo.feitosa@ifsertao-pe.edu.br ORCID: 0000-0002-0484-154X

Introdução

O desafio de olhar para o campo não apenas como um espaço de produção, mas como um intrincado complexo de relações sociais, econômicas, culturais e ambientais deve ser uma constante no exercício de diversas disciplinas e não da antropologia e da sociologia rural. É neste contexto que a obra organizada por Elisangela S. Paim e Fabrina P. Furtado se caracteriza como uma obra que se revela importante para a compreensão de nuances e dinâmicas que moldam a vida no meio rural brasileiro. Publicado em 2024 pela Fundação Rosa Luxemburgo em conjunto com a Editora Funilaria, este livro coletivo não é apenas um compilado de textos, mas uma poderosa manifestação das vozes femininas que resistem e constroem alternativas em face de um modelo de desenvolvimento agrário muitas vezes excludente e predatório, nascido em um dos piores momentos da história coletiva da humanidade, a pandemia de Covid-19.

O delineamento proposto para esta resenha segue os rigores acadêmicos esperados, mas, sobretudo, busca manter uma apresentação crítica com fluidez e leveza de leitura. O objetivo, portanto, é contextualizar a relevância da obra especialmente no que toca à agroecologia, às políticas públicas rurais e à inovação tecnológica no campo, a partir de uma perspectiva

socioantropológica e seu respectivo valor para a pesquisa e práticas profissionais de áreas técnicas que atuam no campo a exemplo da Agronomia. Isso porque a própria natureza da obra analisada sugere esse tipo de teor, haja vista se ratar de um compêndio de natureza singular, o qual compila experiências e reflexões fruto de cursos de extensão universitária que promoveram o encontro e a troca de conhecimentos entre a academia e os movimentos sociais. Essa origem, por sua vez, confere à obra uma autenticidade e uma conexão direta com a realidade vivida pelas mulheres no campo, tornando-a um recurso valioso para desconstruir visões superficiais e hegemônicas sobre o agronegócio, posto que nos convida ao aprofundamento das lutas por terra, água, e território, evidenciando a centralidade do papel da mulher na construção de um futuro mais justo e sustentável para o meio rural. Assim, o livro desdobra-se em uma série de artigos que, de forma coesa, exploram a intersecção entre as vivências das mulheres no campo e os impactos de um modelo de desenvolvimento que, frequentemente, as marginaliza. Assim, a coletânea *Mulheres em defesa do território, corpo, terra, água* oferece uma análise crítica contundente e multifacetada das relações de poder que se desenrolam no campo brasileiro, não se limitando a um mero levantamento de problemas, mas aprofundando a compreensão sobre causas

estruturais das desigualdades e suas respectivas contrações de resistência que emergem das comunidades.

Ao abordar a confluência entre dominação de gênero e a lógica extrativista do capital no espaço rural, o livro dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre ecologia política feminista (Rocha, 2018), sociologia agrária crítica (Wanderley, 2009), bem como com experiências empíricas relatadas por pesquisadoras como Bendini (2006) e Flores (2012). A obra é estruturada para guiar o leitor por uma jornada de conscientização sobre as lutas e saberes femininos, começando pela conceituação do "corpo-território" como um eixo central de análise. Este conceito, que perpassa toda a coletânea, amplia a compreensão do espaço para além de sua dimensão física, englobando as relações culturais, sociais e econômicas que se estabelecem entre as mulheres e o ambiente no qual estão inseridas. O primeiro artigo, *"Contribuições políticas e epistemológicas de mulheres em defesa do território-corpo-terra-água"*, assinado por Elisangela Soldateli Paim, Fabrina Pontes Furtado e Cristiane Faustino, estabelece o tom da obra ao discutir a importância de uma análise que incorpore as categorias de gênero, raça e classe ao enfatizar que o conhecimento produzido pelas mulheres, muitas vezes desconsiderado pelas estruturas acadêmicas e sociais dominantes, é essencial para uma compreensão mais completa das crises socioambientais. Subjaz aí, portanto, uma crítica ao

eurocentrismo e ao patriarcado que permeiam a produção de saber, ganhando tela pela defesa da valorização das experiências e práticas diversas como fontes legítimas de conhecimento. Neste sentido, há a posição de convite à descolonização do pensamento e à construção de novas epistemologias a partir das vivências das mulheres em resistência.

Na sequência, o capítulo "*Agronegócio: uma reflexão a partir das mulheres camponesas organizadas*" apresenta o agronegócio enquanto fenômeno situado historicamente decorrente de uma faceta capitalista agressiva e, sob essa ótica, completamente ligado a lógicas coloniais, patriarcais e até mesmo racistas. Para esse entendimento, as autoras detalham as consequências do referido modelo como a concentração fundiária, o êxodo rural – que afeta desproporcionalmente as mulheres – e a contaminação por agrotóxicos, que se traduz em problemas de saúde para comunidades. Em contrapartida, o texto destaca a resiliência e a organização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que, ao longo de décadas, tem construído o Projeto Popular de Agricultura Camponesa Agroecológica Feminista como uma alternativa concreta de vida e produção baseada na defesa da vida e na autonomia.

Aprofundando a temática dos impactos do agronegócio, o texto "*Encurraladas pelo agronegócio:*

Re(senhas)

conflitos e resistências vivenciadas por mulheres em territórios de comunidades camponesas", encabeçado por Rafaela Lopes de Sousa, Sarah Luiza de S. Moreira, Camila Dutra dos Santos, Ana Paula Pereira Sousa e Josimeire da Silva Lemos, traz exemplos claros da realidade. O caso do Acampamento Zé Maria do Tomé, no Ceará, sendo assim, ilustra como a expansão do agronegócio resulta na perda de território, na degradação ambiental e na desestruturação de modos de vida tradicionais. Enfaticamente a discussão caminha no sentido de revelar os impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres, incluindo o aumento de casos de câncer e problemas reprodutivos, sendo os atos de resistência materializados nos arranjos produtivos agroecológicos dos quintais produtivos e na organização do grupo "Mãos que Criam", que, por meio de feiras e intercâmbios, busca visibilizar e fortalecer a agricultura camponesa e agroecológica como um caminho para a soberania alimentar e coesão social.

Dentro desse contexto, a perspectiva indígena é introduzida por Elisa Pankararu em "*Conhecimentos tradicionais, uma inspiração indígena no debate contemporâneo*". A autora compartilha a visão de seu povo, os Pankararu, que se organizam de forma matriarcal e mantém uma relação sagrada com a terra-território. Ela contrapõe a lógica de dominação do agronegócio, que se alinha ao machismo e ao racismo, à

agroecologia, vista como um ato de resistência e um caminho para a igualdade e a justiça social. Sob essa ótica ressalta-se a importância dos conhecimentos tradicionais, transmitidos e guardados pelas mulheres, como pilares para a construção de uma sociedade mais harmoniosa e equitativa, onde a violência contra a mulher não encontra espaço para reprodução, posto que subjacente a esse delineamento social idealizado há a premissa de empoderamento social.

A obra segue o percurso de reflexão com o depoimento impactante de Cleomar Ribeiro da Rocha, em "A carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna". Enquanto mulher quilombola e pescadora do território do Cumbe, no Ceará, Cleomar narra a voracidade dos interesses por detrás da instalação de uma usina eólica e da expansão da carcinicultura em sua comunidade. A argumentação se dá no sentido de "desmascarar" o discurso de energia limpa e desenvolvimento, revelando a opressão, a violência e a destruição ambiental e cultural impostas a seu povo por meio da expansão dessa atividade econômica. O relato é, com isso. Uma espécie de grito de dor e resistência, que evidência como a perda do território significa a perda da autonomia, da identidade e da saúde das mulheres, que se veem desprovidas de independência em seu próprio lar-território.

Ailce Margarida Negreiros Alves e Larissa Pereira Santos Mestra, em *"Mulheres e mineração: resistências feministas a megaempreendimentos e ao garimpo ilegal no corredor de ferro Carajás"*, trazem à tona a face mais dura da mineração, descrevendo o corredor de ferro Carajás como um sistema extrativista colonial, patriarcal, machista, sexista e racista, que impõe altos índices de violência e violações de direitos humanos, afetando de forma desproporcional as mulheres, especialmente as negras e as de comunidades tradicionais. O conceito de "corpo-território" é novamente central, ilustrando como o corpo feminino se torna o primeiro palco das opressões e resistências. Há entrelinhas a denúncia à cumplicidade do Estado e à impunidade das grandes corporações, cujos processos de operação econômica imputam às mulheres condições mais árduas à continuidade de vida, sustento e permanência nos territórios em que resistem.

O capítulo *"Mulheres atingidas pelo crime da Samarco: o caso da região do Médio Rio Doce em Minas Gerais"*, de Camilla Laranjeira Brito, aprofunda a discussão sobre as chamadas "zonas de sacrifício" e o racismo ambiental. A autora analisa as violações de direitos sofridas pelas mulheres em decorrência do rompimento da barragem da Samarco em Mariana, evidenciando como a maioria das atingidas são mulheres negras. O texto detalha os impactos devastadores na vida, renda, saúde e acesso à água, criticando, inclusive,

o processo de reparação conduzido pela Fundação Renova, que, segundo as entrevistadas, não reconheceram as perdas e aprofundaram as desigualdades existentes. Novamente é trazido à tona a importância da mobilização social, sob a rubrica da organização das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como forma de luta por uma reparação integral e justa.

Em seuida, Emília Maria de Souza, Paula Máximo de Barros Pinto, Carolina Câmara Pires e Virgínia Totti Guimarães, em *"A história e a memória não podem ser descartadas: a luta por permanência da Comunidade do Horto (Rio de Janeiro) e a tentativa de apagamento da história pelo uso do direito"*, trazem a realidade de uma comunidade bicentenária, majoritariamente negra, que resiste às tentativas de remoção em uma área elitizada do Rio de Janeiro. O capítulo denuncia o uso autoritário de instrumentos jurídicos para desconsiderar a história e a memória da comunidade, rotulando-os como invasores. A invisibilização do racismo institucional e do pacto narcísico da branquitude são apontados como elementos centrais nesse conflito fundiário, que busca apagar a existência de uma comunidade histórica em nome da especulação imobiliária. A persistência das mulheres, por meio da criação do Museu do Horto e da luta jurídica, é um testemunho da força da memória e da identidade.

Fechando a coletânea de artigos, Nilce de Pontes e Natália Lobo, em *"Economia Verde, compensação ambiental e financeirização da natureza: ameaças e resistências das mulheres no Vale do Ribeira"*, desmistificam a Economia Verde e a financeirização da natureza, explicando como esses conceitos, aparentemente benéficos, transformam bens comuns em mercadorias e afetam diretamente a autonomia das comunidades. As autoras mostram como as mulheres do Vale do Ribeira, por meio da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), questionam esses projetos e constroem alternativas econômicas e modos de vida a partir da agroecologia e da agricultura tradicional, em uma perspectiva de sustentabilidade da vida e autonomia. O texto enfatiza ainda que a luta contra a financeirização da natureza depende do fortalecimento dos modos de vida e da economia dos povos, para que não haja dependência do capital para viver com dignidade.

Um dos pontos mais fortes é a adoção de uma perspectiva que atravessa todos os capítulos. As autoras demonstram de forma clara como as opressões de gênero, raça e classe se entrelaçam e se potencializam, resultando em impactos desproporcionais sobre as mulheres, especialmente as negras, indígenas e camponesas. Essa abordagem é crucial para a Agronomia, pois nos força a

reconhecer que as soluções para os desafios do campo não podem ser únicas e não vem como “uma receita de bolo”. Pelo contrário, elas precisam ser contextualizadas e sensíveis às realidades específicas de cada grupo social, considerando suas histórias, culturas e vulnerabilidades. A obra, assim, nos convida a uma Agronomia mais empática e socialmente responsável, que compreenda que a justiça ambiental e social deve andar juntas com a sustentabilidade.

A crítica ao agronegócio e ao modelo extrativista é um pilar central do livro. O conjunto de artigos desmistifica o discurso de "progresso" e "desenvolvimento" associado a essas práticas, revelando suas consequências devastadoras: a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos, a contaminação de solos e águas por agrotóxicos, a destruição de ecossistemas e a violência contra as comunidades. Para um agrônomo em formação, essa crítica é um convite à reflexão profunda sobre o papel da nossa profissão. Ela nos desafia a questionar os padrões dominantes e a buscar modelos de produção que, em vez de priorizar o lucro a qualquer custo, coloquem a vida em primeiro lugar. A obra nos mostra que a inovação tecnológica, se descolada de uma ética socioambiental, pode se tornar uma ferramenta de opressão, e não de libertação.

A valorização da agroecologia e das práticas de resistência é outro aspecto fundamental e inspirador. O

livro não se detém apenas na denúncia, mas apresenta as alternativas construídas pelas próprias comunidades, com as mulheres como protagonistas. A agroecologia é defendida não como um nicho de mercado, mas como um modo de vida, uma ciência e um projeto de sociedade que se contrapõe ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo. A ênfase nas sementes crioulas, nos quintais produtivos e na agricultura de coivara (com manejo consciente) demonstra a riqueza dos conhecimentos tradicionais e a capacidade de auto-organização das comunidades. Para a Agronomia, isso significa um chamado à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas agrícolas que respeitem a biodiversidade, promovam a autonomia dos agricultores e fortaleçam as redes de solidariedade, em vez de perpetuar a dependência de insumos externos e a lógica da monocultura.

No entanto, a obra, apesar de sua riqueza, apresenta algumas brechas que poderiam ser exploradas em futuras discussões. Embora os relatos sejam poderosos e as análises, pertinentes, a profundidade com que algumas soluções são apresentadas pode ser um tanto idealizada em certos momentos. Seria interessante, talvez, aprofundar as discussões sobre os desafios práticos da escalabilidade das iniciativas agroecológicas em larga escala, ou a complexidade de se implementar políticas públicas que realmente contemplem as demandas das comunidades em um cenário de forte

lobby do agronegócio. A transição energética, por exemplo, é criticada em seus impactos negativos, mas uma discussão mais aprofundada sobre como uma transição justa e inclusiva poderia ser construída, considerando as realidades locais, poderia enriquecer ainda mais o debate.

Outro ponto a ser considerado é a relação com o diálogo teórico. Embora a obra se baseie em conceitos como Ecologia Política Feminista e Ecologia Decolonial, a exploração desses quadros teóricos poderia ser mais aprofundada para um público acadêmico que, como os estudantes de Agronomia, pode não ter familiaridade com essas correntes. Sem cair em jargões desnecessários, uma maior articulação entre as vivências narradas e os fundamentos teóricos que as sustentam poderia fortalecer a argumentação e facilitar a transposição desses conhecimentos para outros contextos de pesquisa e intervenção.

Por fim, a obra poderia explorar com mais detalhes os mecanismos práticos para que os conhecimentos e saberes das comunidades sejam efetivamente reconhecidos e integrados nas instituições acadêmicas e na formulação de políticas públicas. A denúncia da desqualificação desses saberes é clara, mas a discussão sobre como construir pontes mais sólidas entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, de forma a promover uma verdadeira troca e colaboração,

poderia ser expandida. Isso envolveria, por exemplo, a proposição de metodologias de pesquisa-ação participativas mais bem elaboradas ou a discussão sobre a formação de profissionais que atuem como mediadores e facilitadores nesse processo.

Apesar dessas observações, as contribuições do livro superam em muito suas eventuais lacunas. A obra é um convite irrecusável à reflexão crítica e à ação transformadora, fundamental para a formação de agrônomos conscientes e engajados com os desafios do nosso tempo.

A leitura desse compêndio representa um avanço significativo na compreensão de complexas relações existentes no meio rural, sobretudo no que tange às relações de poder, às lutas por justiça social e à sustentabilidade socioeconômica e ecológica. Os ganhos possíveis com a referida leitura advêm, da forma clara e concisa que correlaciona o modelo hegemônico do agronegócio e do extrativismo ao domínio da lógica do lucro e da acumulação, impulsionando não apenas a degradação do meio ambiente, mas também a violência a corpos e territórios, aprofundando desigualdades de gênero, raça e classe. O principal valor do livro consiste na sua capacidade de dar voz às mulheres que, historicamente, foram silenciadas e invisibilizadas nas narrativas sobre o desenvolvimento rural. Através de seus relatos e análises, demonstra que a resistência não é

apenas um ato de negação, mas um processo ativo de resistir, existir, permanecer e reabitar, de construção e de alternativas e de reafirmação de modos de vida que priorizam a harmonia com a natureza e a justiça social. A agroecologia, os conhecimentos tradicionais, a defesa das sementes crioulas e a organização comunitária são apresentados como pilares de um futuro mais justo e equitativo, em contraste com a lógica predatória do capital.

Para a pesquisa em Agronomia, este livro oferece um campo vasto de possibilidades. Ele nos inspira a ir além das fronteiras disciplinares tradicionais, buscando uma compreensão mais profunda das dimensões socioambientais da produção agrícola. A obra sugere que a pesquisa deve ser engajada, colaborativa e sensível às realidades locais, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas agrícolas que promovam a soberania alimentar, a autonomia dos agricultores e a resiliência dos ecossistemas. Futuras pesquisas poderiam explorar, por exemplo, a eficácia de políticas públicas que apoiem a transição agroecológica em comunidades específicas, ou a mensuração dos impactos sociais e econômicos das iniciativas de resistência lideradas por mulheres. No âmbito da prática profissional da Agronomia, o livro é um guia para uma atuação mais ética e transformadora. Ele nos convida a sermos agrônomos que não apenas dominam técnicas de

produção, mas que também compreendem as dinâmicas sociais, os conflitos territoriais e as injustiças que permeiam o campo. Isso implica em uma postura de escuta ativa, de valorização dos saberes locais e de construção de soluções em conjunto com as comunidades, especialmente com as mulheres, que são guardiãs de conhecimentos essenciais para a sustentabilidade.

A coletânea apresenta-se como uma contribuição epistemológica e política de grande relevância para os estudos rurais críticos, particularmente no contexto brasileiro. Seu principal mérito reside na articulação entre experiências empíricas de mulheres campesinas, indígenas e quilombolas, e uma crítica estrutural ao modo de produção capitalista – com ênfase nas novas e velhas formas de expropriação que se atualizam por meio do agronegócio, da mineração, da financeirização da natureza e de projetos ditos “sustentáveis”. A obra desloca os marcos tradicionais da análise rural, que frequentemente se limitam ao produtivismo ou ao institucionalismo agrário, para afirmar uma leitura feminista e decolonial do território. Tal abordagem tensiona o campo da Agronomia, pois questiona os fundamentos técnicos e ideológicos que sustentam as intervenções “modernizantes” no campo. Como argumenta Cavalcanti (2013), a análise das ruralidades exige considerar as múltiplas formas de apropriação da

terra e os diversos sujeitos sociais que nela habitam – especialmente aqueles historicamente invisibilizados pelas políticas públicas e pela ciência dominante.

O conceito de "corpo-território", mobilizado transversalmente nos capítulos, é um dos eixos mais inovadores da obra. Ele possibilita uma crítica imbricada das formas de dominação que operam simultaneamente sobre os corpos femininos e os territórios ocupados. Conforme ressalta Rocha (2018), essa categoria permite compreender como o corpo feminino, ao ser explorado, silenciado ou violentado, reflete o mesmo processo de despossessão imposto aos territórios. A violência ambiental, nesse sentido, é também violência de gênero, raça e classe.

Outro ponto de destaque é a crítica às narrativas de desenvolvimento sustentadas pelo discurso técnico-científico, que legitimam práticas extrativas, como a instalação de usinas eólicas, projetos de mineração e monoculturas. A obra demonstra que essas intervenções raramente incorporam a perspectiva das populações afetadas, e, quando o fazem, reproduzem lógicas de consulta instrumentalizada. Aqui, há afinidade com os estudos de Bonanno (2010) sobre a hegemonia neoliberal e o autoritarismo tecnocrático nos projetos de desenvolvimento rural.

Do ponto de vista metodológico, a coletânea também propõe um giro importante: desloca o saber

acadêmico como centro exclusivo da produção do conhecimento, abrindo espaço para as narrativas e experiências populares como fontes legítimas de análise e proposição. Esse gesto epistêmico — que ressoa os escritos de Haraway (1988) sobre saberes situados — é um passo relevante na direção de uma ciência mais democrática, que reconhece e dialoga com saberes outros. No entanto, o aprofundamento teórico de algumas dessas referências poderia ser mais robusto. Em alguns capítulos, os conceitos são empregados de forma descritiva, sem articulação mais sistemática com os marcos analíticos da ecologia política ou do feminismo interseccional.

Além disso, embora a crítica ao agronegócio e à financeirização seja contundente, falta à obra maior problematização sobre a escalabilidade das alternativas propostas. A agroecologia, as redes solidárias e os projetos autogestionários são apresentados como caminhos viáveis, mas pouco se discute sobre os limites estruturais de sua difusão em larga escala. Isso inclui desde os entraves políticos, como o bloqueio institucional e o lobby de grandes corporações, até os desafios logísticos e econômicos de sua replicação. Como apontam Kothari et al. (2019), a construção de um “pluriverso” exige também estratégias para enfrentar o poder concentrado e a captura de alternativas pelo próprio sistema.

Por fim, a obra oferece uma oportunidade perdida de propor mecanismos concretos para a institucionalização dos saberes das mulheres nos currículos da Agronomia e nas políticas públicas. Embora a crítica à marginalização desses saberes seja clara, uma maior ênfase em metodologias de pesquisação participativa, como proposto por Wanderley (2009), enriqueceria o horizonte propositivo. Isso incluiria, por exemplo, ações de conformação, intercâmbio de tecnologias sociais e reconhecimento oficial de práticas agroecológicas tradicionais como ciência viva e aplicável.

Apesar dessas limitações, a força da obra reside na sua capacidade de combinar narrativa, análise e ação. Ao centrar as vozes das mulheres na disputa pelos territórios e pela dignidade, o livro não apenas denuncia as múltiplas violências da modernização conservadora no campo – ele também anuncia, em ato, outras formas possíveis de habitar o mundo.

A obra nos encoraja a pleitear políticas públicas que garantam o acesso à terra, à água e aos recursos para a produção agroecológica, e a combater todas as formas de violência e opressão no meio rural, na exata medida em que aponta como, sob a lógica do capital, os territórios são transformados em zonas de sacrifício, e os corpos das mulheres – especialmente negras, indígenas, ribeirinhas e quilombolas – tornam-se os primeiros alvos da violência sistêmica. Em resumo, "Mulheres em

defesa do território, corpo, terra, água" é mais do que um livro; é uma ferramenta de conscientização e empoderamento. Ele nos desafia a repensar o nosso papel como futuros agrônomos e a nos comprometer com a construção de um desenvolvimento rural que seja verdadeiramente inclusivo, sustentável e justo. A força e a sabedoria das mulheres que resistem no campo brasileiro são um lembrete constante de que outro mundo é possível, e que a Agronomia tem um papel crucial nessa construção.

REFERÊNCIAS

BONANNO, Alessandro. *Global Capitalism and the Demise of the Peasantry*. New York: Routledge, 2010.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Gênero e território: trabalho feminino na agricultura canavieira. *Cadernos de Campo*, v. 22, n. 1, p. 45–61, 2013.

FLORES, Sara María Lara. Mujeres rurales y procesos de resistencia en México. *Cuadernos del CLAEH*, v. 31, n. 105, p. 55–72, 2012.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

KOTHARI, Ashish; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.). *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. New Delhi: Tulika Books, 2019.

ROCHA, Dalva Maria da Mota. Corpo-território: epistemologia insurgente de mulheres indígenas e camponesas. *Cadernos Pagu*, v. 52, e185203, 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Desenvolvimento territorial e meio rural no Brasil: elementos para um debate. *Economia & Tecnologia*, v. 5, n. 1, p. 83–101, 2009.